

O IMPACTO DE PRÁTICAS COERCITIVAS NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS

Laise Viçosi Bernabé¹
Maria Eduarda Perim da Silva¹
Yasmin Sader Torres¹
Thiago Pereira Machado²

RESUMO

O conteúdo a se desenvolver nesta revisão de literatura tem como principal objetivo analisar, descrever e compreender sobre práticas coercitivas na educação infantil e suas principais consequências na saúde mental de crianças e adolescentes. A estrutura da pesquisa é uma revisão de literatura qualitativa que tem como principal meta estudar o conceito de práticas educacionais parentais, utilizando a abordagem de Skinner e ideias da disciplina positiva proposta por Jane Nelsen. Com isso, ressaltaremos a importância de aplicar práticas não-coercitivas na educação infanto-juvenil e a conscientização de pais e responsáveis sobre como respeito e gentileza são essenciais para um bom desenvolvimento da saúde mental de seus filhos.

Palavras-Chave: práticas coercitivas, educação parental, saúde mental infantil, disciplina positiva, reforçamento e punição.

ABSTRACT

The main objective of the content to be developed in this literature review is to analyze, describe and understand coercive practices in early childhood education and their main consequences on the mental health of children and adolescents. The structure of the research is a qualitative literature review whose main goal is to study the concept of educational parental practices, using Skinner's approach and positive discipline ideas proposed by Jane Nelsen. With this, we emphasize the importance of practicing non-coercive practices in children's education and the awareness of parents and guardians about how respect and kindness are essential for the good development of their children's mental health.

¹ Graduandas do Curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, vicosilaise@gmail.com; mariaeduardaperim@hotmail.com; yasminsader@gmail.com

² Professor orientador: Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional no Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGPSI/UFES, Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, thiagopmachadopsi@gmail.com

Keywords: coercive practices, parental education, child mental health, positive discipline, reinforcement and punishment.

1 INTRODUÇÃO

As práticas educacionais parentais são utilizadas como uma forma de educação, segundo a própria convicção adotada por seus genitores. Segundo Ana Paula V. Salvador & Lidia Natalia D. Weber (2005), as práticas educacionais são estratégias adotadas pelos genitores com o intuito de suprir comportamentos que para eles são inadequados ou incentivar a ocorrência de comportamentos julgados como aceitáveis e adequados a se reproduzir. Os pais as utilizam com o objetivo de desenvolver o senso de socialização, independência, responsabilidade e autonomia do sujeito a fim de modelar os comportamentos de seus filhos (SAPIENZA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2009). Esses hábitos educacionais se relacionam com o desenvolvimento saudável da criança, assim como com a presença dos modos antissociais (GOMIDE, 2001).

A falta de habilidade parental é um dos grandes motivos em parte das manutenções e interações familiares conturbadas e em consequência, acarreta problemas comportamentais e deficiência na saúde mental de seus filhos (COELHO & MURTA, 2007). Frisa-se que o desenvolvimento das habilidades sociais é formado na primeira infância, onde se relaciona ao contexto familiar do sujeito, suas vivências e práticas educacionais. Ana Paola L. Lubi (2003) denota que o desenvolvimento de habilidades sociais na primeira infância tem uma correlação ao contexto familiar, as vivências e as práticas educacionais.

Para nos aprofundarmos no tema escolhido para o artigo, iremos trazer exemplos de práticas coercitivas na educação de crianças. Vamos refletir sobre o impacto das práticas coercitivas no desenvolvimento de crianças e adolescentes, procurando entender o seu efeito no comportamento e aprendizagem em contexto de desenvolvimento pessoal. De início, buscamos uma análise não sistemática de pesquisas sobre o tema, para buscar compreender que estratégias coercitivas com correções físicas estão associadas a resultados negativos no desenvolvimento de crianças e adolescentes, podendo acarretar consequências como: comportamentos agressivos e baixa autoestima, podendo trazer riscos ao desenvolvimento saudável do sujeito. No entanto, essas práticas são compartilhadas socialmente e consideradas

naturais pelas famílias, muitas vezes desconhecendo outras modalidades de parentalidade.

A paternidade é uma preocupação constante para muitos pais, que se perguntam se estão criando seus filhos corretamente e estabelecendo limites apropriados. Essa preocupação se justifica porque o lar é o primeiro ambiente social do qual as crianças participam, onde aprendem as regras e formas de interagir com os outros (CONTE, 1997). As interações familiares são a base para a construção das relações sociais das crianças. Segundo Gabriela Dal Forno Martins (2009), cabe aos pais estabelecer bases sólidas para a socialização da criança e criar um ambiente estimulante e seguro para o seu desenvolvimento. As famílias desempenham um papel importante em proporcionar uma sensação de segurança, afeto, proteção e bem-estar, embora nem sempre seja assim (SHAFFER, 2005).

No seio familiar, a criança absorve regras que serão posteriormente aplicadas em outros ambientes. A socialização da criança pode ser induzida através das experiências que seus pais proporcionam. Essas práticas são utilizadas pelos seus genitores para obter objetivos específicos que se relacionam a aspectos do comportamento infantil. Essas estratégias envolvem fatores de punição e reforço. (PATIAS; SIQUEIRA; DIAS, 2012)

Na literatura, as práticas educativas são frequentemente apontadas como fatores que podem oferecer riscos ou proteção ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Os fatores de risco são condições ou variáveis que estão associadas a uma maior probabilidade de resultados negativos ou adversos durante o desenvolvimento, afetando potencialmente a saúde, o bem-estar e o desempenho social (JESSOR *et al*, 1995). Já os elementos protetores, em contrapartida, são compreendidos como elementos ou variáveis que atuam de forma a mitigar o risco, alterar, aprimorar ou modificar a resposta de um indivíduo diante de um ambiente desafiador que poderia resultar em consequências não adaptativas. (HUTZ, 2002; RUTTER, 1985, 1987, 1996).

Segundo estudos de Mariana Souque Soares *et al* (2022) é possível observar que existe um desafio entre os adultos para conseguir educar uma criança sem utilizar a violência, tendo em vista que essa prática é de cunho cultural e cômodo. Por conta disso, é importante ressaltar a disciplina positiva (DP) teorizada por Jane Nelsen (2007) como uma nova alternativa na educação e desenvolvimento de crianças. Essa teoria visa uma educação sem violência e com o estabelecimento de regras e limites em conjunto, entre os pais e a criança, fornecendo um ótimo desenvolvimento psicossocial no indivíduo (SOARES *et al*, 2022).

O objetivo deste estudo é realizar uma análise abrangente dos efeitos das práticas educativas coercitivas no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes, com foco na compreensão do impacto dessas práticas no comportamento e na aprendizagem. Para alcançar esse propósito, será conduzida uma revisão concisa e não sistemática da literatura, com base em uma ampla gama de fontes, incluindo livros e artigos de renomados pesquisadores da área. Esses estudiosos exploraram o tema sob diversas perspectivas teóricas, abrangendo as áreas da psicologia do desenvolvimento, da aprendizagem social e da psicologia cognitivo-comportamental.

Acreditamos que incentivar a reflexão sobre estas temáticas ajudará a promover os valores de uma educação para a não-violência, permitindo que estes princípios se instalem na família. Por sua vez, isso ajudará as crianças a se tornarem adultos saudáveis no futuro.

2 METODOLOGIA

Segundo Suely F. Deslandes “quando escrevemos um projeto, estamos mapeando de forma sistemática um conjunto de recortes. Estamos definindo uma cartografia de escolhas para abordar a realidade (o que pesquisar, como, por quê)” (DESLANDES, 2002, p. 34). A partir desse ponto de vista, nosso artigo é de caráter de revisão de literatura qualitativa, ou seja, não levamos em consideração dados números e quantitativos. Esse tipo de análise possibilita evidenciar resultados qualitativos do objeto de pesquisa, fundamentando cientificamente o estudo escolhido.

O planejamento desta pesquisa foi promovido através de uma proposta de artigo científico para a disciplina Intervenção Psicológica em Saúde Mental do 5º período do curso de Psicologia da Faculdade Multivix no ano de 2023. A partir da proposta, as discentes iniciaram o estudo bibliográfico em abril do mesmo ano.

Para chegar a contextualização e a conclusão do assunto abordado, foram utilizados livros, artigos, teses e dissertações que tratam das temáticas abordadas. O critério aplicado para a escolha dos materiais foi que discorrer acerca dos temas Behaviorismo (principalmente, reforço e punição), práticas coercitivas e disciplina positiva.

As pesquisas foram realizadas por meio da base eletrônica de dados dos sites Scielo, Pepsic, Google Acadêmico, além de repositórios de diversas universidades, a partir das palavras chaves: práticas coercitivas, disciplina positiva, educação parental e punição e reforço segundo Skinner.

3 DESENVOLVIMENTO

Skinner e o esquema de reforço e punição

Ao dissertar sobre o impacto de práticas coercitivas no desenvolvimento de crianças, é importante entendermos o conceito da abordagem de Burrhus Frederic Skinner e suas obras acerca disso na análise do comportamento, bem como a definição de reforço, punição e aprendizagem. Nos trabalhos clássicos de Skinner, o aprendizado é caracterizado como adquirir novos comportamentos e ensinar é simplesmente o arranjo de contingências de reforçamento (SKINNER, 1968). De forma geral, é a relação entre seu comportamento e suas consequências, sendo então um condicionamento operante. Entretanto, as consequências não têm influência somente sobre a frequência de ocorrência dos comportamentos considerados adequados ou socialmente aceitos; elas também aumentam, mantêm ou reduzem a frequência de comportamentos considerados socialmente inadequados ou indesejados (MOREIRA & MEDEIROS, 2019, p. 49)

Podemos considerar as consequências como mudanças ambientais em resposta a determinados comportamentos, classificadas em dois tipos: reforçadoras, quando aumentam a probabilidade de repetição do comportamento no futuro, e punitivas, quando diminuem essa probabilidade. As consequências do comportamento podem retroagir sobre o organismo. Quando isso acontece, podem aumentar a probabilidade de o comportamento ocorrer novamente (SKINNER, 2003). Tanto o reforço quanto a punição podem ser classificados como positivos ou negativos. Ainda sobre o reforço, Skinner vai trazer a seguinte reflexão:

[...] quando um comportamento tem o tipo de consequência chamada reforço, há maior probabilidade de ele ocorrer novamente. Um reforçador positivo fortalece qualquer comportamento que o produza: um copo d'água é positivamente reforçador quando temos sede e, se então enchemos e bebemos um copo d'água, é mais provável que voltemos a fazê-lo em ocasiões semelhantes. Um reforçador negativo revigora qualquer comportamento que o reduza ou o faça cessar: quando tiramos um sapato que está apertado, a redução do aperto é negativamente reforçadora e aumenta a probabilidade de que ajamos assim quando um sapato tiver apertado (SKINNER, 1982, p.23).

Fazendo alusão ao comportamento operante proposto por Skinner e *linkando* com a perspectiva do trabalho, analisamos o caso trazido por Márcio Borges Moreira, Carlos Augusto de Medeiros em seu livro:

Muitos pais oferecem à criança o que ela quer no momento em que está fazendo birra. Digamos que essa criança esteja no supermercado, veja um doce e o peça para seu pai. O pai, nesse momento, diz "não", e a criança começa a chorar. Ele, então, lhe dá o doce. Cada vez que o pai der o doce quando a criança estiver chorando, ele, possivelmente, torna mais provável que ela volte a chorar em situações semelhantes no futuro. Nesse sentido, em termos técnicos, dizemos que a consequência "receber um doce controla o comportamento da criança, pois aumenta sua probabilidade de voltar a ocorrer." Da

mesma forma, dizemos que a criança chorar, e parar de chorar após receber o doce, controla o comportamento do pai de dar o doce, pois aumenta sua probabilidade de voltar a ocorrer. Veja que controle do comportamento, nesse sentido, refere-se apenas aos efeitos das consequências sobre o comportamento, e não a concepções relativas a obrigar alguém a fazer algo. (MOREIRA & MEDEIROS, 2019, p. 51)

Em termos de punição, a negativa ocorre quando a retirada de um estímulo positivo, diminuindo a frequência de resposta, enquanto a punição positiva é a presença de um estímulo aversivo, reduzindo a frequência de resposta ou extinguindo um comportamento. Vale ressaltar que, a punição é facilmente confundida com o reforço negativo, algumas vezes chamado “controle adversativo” são usados e o reforço negativo pode ser definido como a punição por não agir; a punição visa a remover um comportamento de um repertório, ao passo que o reforço negativo gera comportamento (SKINNER, 1982, p.56).

Skinner (1972) lembra que o uso da coerção produz efeitos colaterais emocionais, dentre os quais é possível citar: medo, ansiedade, raiva, mágoa e ociosidade. Medo e ansiedade são implicações comuns dos comportamentos de fuga e esquiva.

Partindo dos fatos supracitados, exploraremos aspectos relacionados ao comportamento operante e proporcionando a compreensão de que tal comportamento produz mudanças no ambiente que aumentam a probabilidade de sua ocorrência no futuro, outrossim como práticas coercitivas educacionais parentais afetam o desenvolvimento da criança e adolescente.

Práticas educacionais parentais

Segundo estudos de Salvador & Weber (2005) as práticas educacionais parentais podem ser fragmentadas em práticas não coercitivas, também chamadas de práticas positivas e em práticas coercitivas, conhecidas como as negativas. A diferença entre ambas são o modo de aplicação e seus estímulos, onde a positiva se encontra em um aspecto mais respeitoso, apresentando assim para a criança reforçadores positivos e regras, e a negativa, estímulos aversivos (SALVADOR & WEBER, 2005).

Alguns estudiosos dividem as práticas educacionais parentais em sete categorias, duas correspondendo a práticas educacionais positivas e o restante como práticas negativas adotadas pelos genitores. As denominadas como positivas consistem em práticas onde a demonstração de carinho, afeto, conhecimento sobre as atividades e atenção estão presentes e referem-se ao ensinamento de valores morais tais como honestidade, generosidade e senso de justiça (SALVO; SILVARES; TONI, 2005).

Ademais, Fátima Cristina de S. Conte (1997) cita outras condutas parentais ao desenvolvimento saudável, entre elas a condução calorosa, a demonstração de aceitação, a valorização pessoal, o apoio às iniciativas, o encorajamento ao desenvolvimento de competência social e interações mais positivas, os modelos apropriados de pais, o incentivo ao desenvolvimento da autonomia, a utilização de métodos racionais e verbais de disciplina e a minimização de brigas e atos agressivos compartilhados entre familiares (CONTE, 1997)

Todas as condutas citadas anteriormente por Conte (1997) são consideradas de suporte parental, ou seja, são técnicas utilizadas pelos adultos que fazem com que a criança sinta que pode se apoiar neles em um momento de fragilidade. Tais condutas geram uma sensação de acolhimento na criança, visto que ela se sentirá segura ao expressar e demonstrar seus sentimentos e conquistas para com seus responsáveis, sabendo que não será julgada ou punida por isso (CONTE, 1997).

Em consonância com Conte, Caroline G. d. Salvo, Edwiges F. d. M. Silvares e Plínio M. d. Toni (2005) citam outras práticas negativas, sendo em destaque: as punições inconsistentes, que ocorrem quando seus genitores punem de acordo com seu humor, sem uma razão plausível e não de modo adequado ao comportamento em que a criança tomou; a negligência, caracterizando a não atenção dos pais para essa criança, deixando a necessidade de seus filhos de lado, ocorrendo a omissão de auxílio, afeto e amor; a monitoria negativa, que se monta pelo excesso de fiscalização e de instruções que seus filhos não dão seguimento, desse modo dificultando a dependência emocional da criança com seus pais; a disciplina relaxada, que ocorre quando os pais não cumprem as regras por eles mesmo estabelecidas e assim a criança se torna revoltado e manipulador; e a de cunho de abuso físico, que ocorrem quando os pais machucam ou causam dor a seus filhos com a justificativa de que estão os educando. (SALVO; SILVARES; TONI, 2005)

Se tratando das habilidades dos pais para com as crianças, Patrícia Alvarenga e Cesar Piccinini (2007) relatam que pais com habilidades emocionais reduzidas e menor disponibilidade emocional têm maiores chances da não percepção da emissão de sinais coercitivos emitidos para seus filhos, que assim empregam com maior frequência e facilidade. Por outro lado, pais sensíveis aos comportamentos de seus filhos tendem a ser mais hábeis na regularização do comportamento, conseguindo assim empregar estratégias assertivas e reforçadoras em momentos corretos no desenvolvimento infantil (ALVARENGA & PICCININI, 2007).

A interação dos cuidadores com seus filhos nos anos iniciais é considerada a base para o sucesso das relações futuras (PICCININI *et al.*, 2007), isso se dá porque as experiências vivenciadas pelas crianças nos primeiros anos repercutem nos comportamentos ao longo de seu desenvolvimento, resultando em um surgimento ou não de problemas de comportamento na infância média ou adolescência (BANDEIRA *et al.*, 2006). Crianças que guardam uma grande variedade de problemas em seu comportamento tendem a desenvolver um longo histórico de resultados negativos, como abandono escolar, delinquência e violência (LOCHMAN *et al.*, 2006). A consorciação entre práticas parentais coercitivas com problemas de externalização nas crianças é frequentemente referida na literatura (ALVARENGA & PICCININI, 2007; PESCE, 2009; PICCININI *et al.*, 2007). Problemas com a externalização normalmente envolvem a presença de agressividade física ou verbal, comportamentos opositores ou desafiantes, antissocialismo, assim como comportamentos que demonstram risco (BANDEIRA *et al.*, 2006)

Zilda Aparecida Pereira Del Prette e Almir Del Prette (2002) refletem sobre três métodos utilizados pelos pais com a intenção de educar os filhos: por meio da modelagem (Teoria da Aprendizagem Social), por meio de suas consequências (recompensa e punições) e pelo estabelecimento de regras e normas, explicações e estímulos. Albert Bandura (1973) sugere, por meio da Teoria Social da Aprendizagem, que crianças têm a capacidade de aprender comportamentos complexos em face de observação de um modelo (responsáveis), adquirindo uma aprendizagem resistente à extinção. Essa teoria é de extrema importância para a compreensão da agressividade humana, uma vez que foca no ambiente social e suas aquisições, manutenções e modificações de respostas agressivas (CORTEZ; PADOVANI; WILLIAMS, 2005). Essa correlação é observada em famílias com crianças muito agressivas, nas quais tanto pais quanto filhos utilizam punições verbais, psicológicas ou físicas que mostram que violência é a maneira mais eficaz e apropriada para se relacionar e resolver conflitos (PESCE, 2009).

Segundo Bandura (1973), valores e condutas aversivas dos adultos servem como normas a serem seguidas pelos filhos, e eles tendem a imitar essas práticas. A aprendizagem das práticas agressivas por meio de modelos (sociedade, família) se discorre quando o indivíduo está atento aos ensinamentos a ele passado, as observações que são codificadas e representadas na memória e as representações transformadas em padrão de imitação de comportamentos que foram aprendidos. Estes incentivos são postos em seu repertório lentamente pelas recompensas e punições que